



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ**  
CNPJ: 04.838.496/0001-28

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO COTADO A SER PRATICADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

No processo em epígrafe, mesmo devido à natureza do objeto e do procedimento há necessidade de cotações de preços, na forma do art. 15, inciso V da Lei nº 8.666/93, que corroborem o valor praticado pela empresa SULPARÁ CAMINHÕES E MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrito no CNPJ nº 14.133.730/0015-70, com endereço sito a Rodovia Santarém Cuiabá, 2487, bairro: Esperança, Santarém- Pará, CEP:68.030,185.

O valor ofertado a esta Autarquia foi de R\$ 217.173,68 (duzentos e dezessete mil cento e setenta e três reais e sessenta e oito centavos) deve-se por ser uma empresa especializada sendo a única autorizada na região Oeste do Pará, para fornecer as peças originais para manutenção dos Caminhões Basculantes 01 toco 13.180 e 03, 04, 08, 09 e 10 Truck 26,280, de posse desta Prefeitura, no qual precisa em caráter imediato da aquisição de filtros, peças, e baterias originais. Para executar os serviços excepcionais na recuperação de Ruas, Ramais e Vicinais.

Ressalta-se que através de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, ao fazer análise em outros processos de aquisição nota-se que o preço ofertado é compatível com o valor de mercado, uma vez que tratam-se de peças originais e exclusivas, e os preços e serviços são tabelados.

Além disso o município enfrenta atualmente período chuvoso em que, é necessário de forma célere a reabilitação e reconstrução do cenário, por consequente a obtenção dos recursos para garantir os direitos e segurança dos munícipes. A serem vistos no decreto nº 065/2022 de 16/03/2022, que declara situação de emergência, devidamente amparado pela portaria nº 1038, de 06 de abril de 2022, do Ministério de desenvolvimento Regional – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O critério do menor preço deve presidir a escolha do Adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03(três) propostas, todavia, trata-se de compra de peças e serviços originais o que inviabiliza as cotações por serem peças tabeladas.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 24 da Lei 8.666/93, em seu inciso, IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto e serviço exclusivo com peças originais, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Monte Alegre, 18 de abril de 2022.

  
**Matheus Almeida dos Santos**  
Prefeito Municipal de Monte Alegre